

PLANO DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA ALCOBAÇA - MAFRA (POOC ALCOBAÇA - MAFRA)

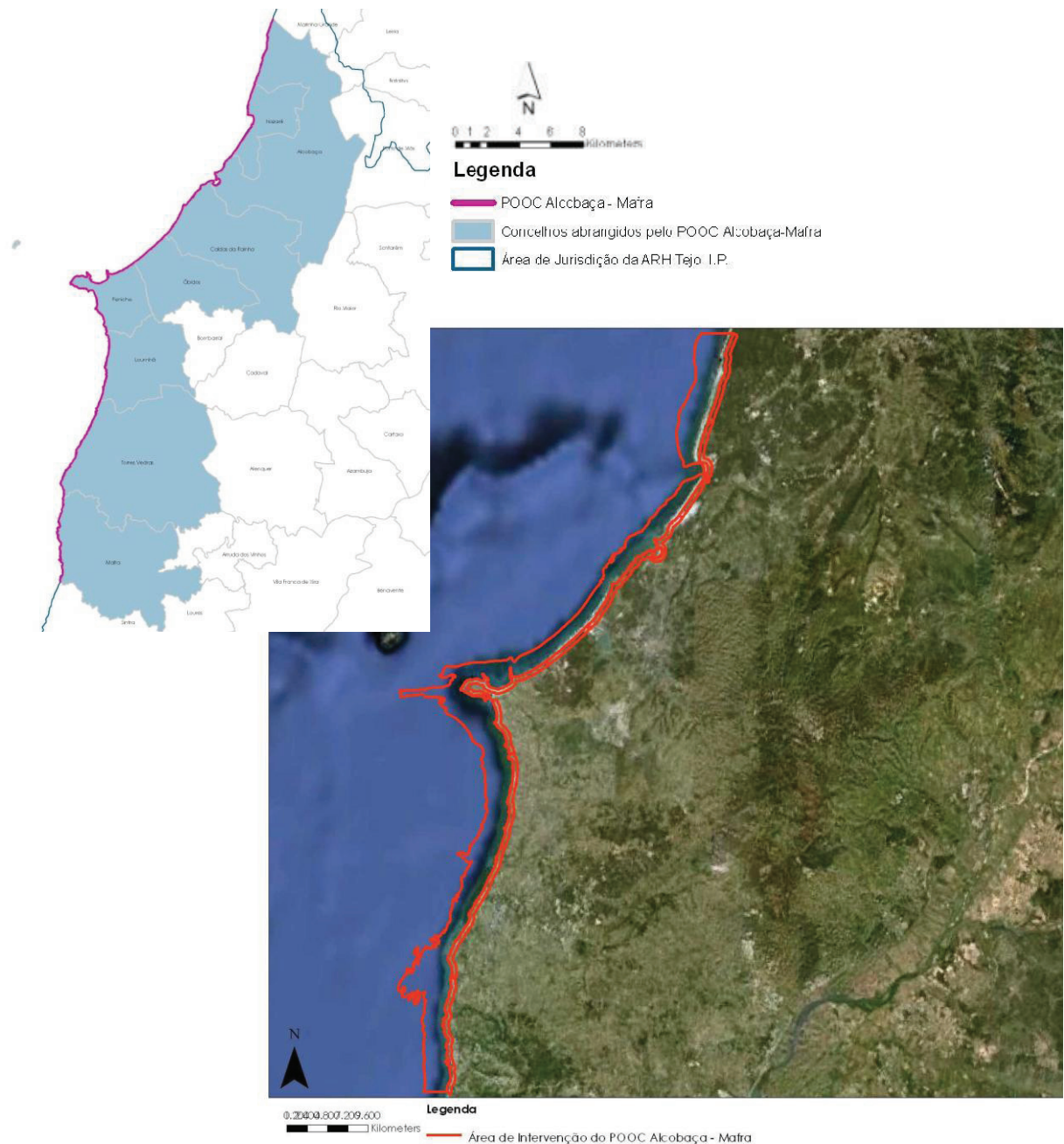


Figura 75: Âmbito territorial do POOC Alcobaça — Mafra

Âmbito Territorial

Como referido no n.º 2 do artigo 1º da RCM n.º 11/2001, de 17 de Janeiro, o POOC de Alcobaça — Mafra aplica-se à área identificada na planta de síntese, constituída pela zona marítima de protecção, a margem das águas do mar e a zona terrestre de protecção, correspondente ao troço de costa dos concelhos de Alcobaça, Nazaré, Caldas da Rainha, Óbidos, Peniche, Lourinhã, Torres Vedras e Mafra, com exclusão das áreas de jurisdição portuária, definidas nos termos do Decreto-Lei n.º 201/92, de 29 de Setembro

PLANO DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA ALCobaÇA – MAFRA (POOC ALCobaÇA - MAFRA)

Enquadramento Legal

O POOC Alcobaça — Mafra foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 11/2002, de 17 de Janeiro.

Instituição Responsável

O INAG foi a instituição competente pela promoção da elaboração do POOC Alcobaça — Mafra.

Enquadramento do Plano

Como referido no preâmbulo da RCM n.º 11/2001 de 17 de Janeiro, a elaboração do Plano decorreu ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 309/93, de 2 de Setembro, e no artigo 2º do Decreto-Lei n.º 151/95, de 24 de Junho.

Atendendo que o Decreto-Lei n.º 151/95, de 24 de Junho, foi entretanto revogado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, que aprovou o regime jurídico dos instrumentos de gestão do território, a aprovação do POOC é feita ao seu abrigo.

Pelo disposto no n.º 1 do artigo 1º da RCM n.º 11/2001, de 17 de Janeiro, o POOC Alcobaça — Mafra tem a natureza de regulamento administrativo e com ele se devem conformar os planos municipais e intermunicipais de ordenamento do território, bem como os programas e projectos, de iniciativa pública ou privada, a realizar na sua área de intervenção.

Objectivos

De acordo com o artigo 2º da RCM n.º 11/2001, de 17 de Janeiro, o POOC estabelece as regras a que deve obedecer a ocupação, uso e transformação dos solos abrangidos no seu âmbito de aplicação e define as normas de gestão urbanística a observar na execução do Plano, visando a prossecução dos seguintes objectivos:

- O ordenamento dos diferentes usos e actividades específicas da orla costeira;
- A defesa e a conservação da natureza;
- A reestruturação das frentes urbanas, face à ocupação balnear e à salvaguarda dos recursos litorais;
- O controlo e gestão de fenómenos urbanos relacionados com a atractividade litoral;
- A orientação do desenvolvimento turístico da orla costeira, como complemento da rede urbana actual;
- A classificação das praias e a regulamentação do uso balnear;
- A valorização e qualificação das praias consideradas estratégicas, por motivos ambientais ou turísticos.

PLANO DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA ALCOBAÇA – MAFRA (POOC ALCOBAÇA - MAFRA)

Composição do plano

De acordo com o artigo 3º da RCM n.º 11/2001, de 17 de Janeiro, o POOC Alcobaça — Mafra é constituído por:

- a) Regulamento;
- b) Planta de síntese, à escala 1: 25 000.

Constituem elementos complementares do POOC Alcobaça — Mafra:

- Relatório;
- Planta de condicionantes, à escala de 1:25000;
- Programa geral de execução;
- Plano de financiamento;
- Planta de enquadramento, à escala de 1:200000;
- Planos de praia, constituídos por:
 - Caracterização das praias e unidades balneares;
 - Programa de intervenções;
 - Plantas dos planos de praia, às escalas de 1:2000 e de 1:2500.

Servidões administrativas e outras restrições de utilidade pública ao uso dos solos

Como referido no artigo 5º da RCM n.º 11/2001, de 17 de Janeiro, na área de intervenção do POOC aplicam-se todas as servidões administrativas e restrições de utilidade pública constantes da legislação em vigor, nomeadamente as decorrentes dos seguintes regimes jurídicos:

- Reserva Ecológica Nacional (REN);
- Reserva Agrícola Nacional (RAN);
- Rede Natura 2000;
- Regime florestal;
- Domínio hídrico;
- Protecção de imóveis classificados (monumentos nacionais e imóveis de interesse público) e em vias de classificação;
- Protecção a redes de drenagem de esgoto;
- Protecção a redes de captação, adução e distribuição de água;
- Protecção à rede eléctrica;
- Protecção à rede de telecomunicações;
- Protecção à rede rodoviária;
- Protecção à rede ferroviária;
- Protecção à rede de gás natural;
- Protecção a dispositivos de assinalamento marítimo;
- Protecção a aeródromos;
- Protecção a edifícios escolares;
- Protecção a marcos geodésicos.

PLANO DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA ALCOBAÇA - MAFRA (POOC ALCOBAÇA - MAFRA)

Ocupações e actividades interditas ou condicionadas

Pelo disposto no artigo 10º da RCM n.º 11/2001, de 17 de Janeiro, na área de intervenção do POOC são interditas, para além das previstas na legislação em vigor e das estabelecidas no regulamento do POOC Alcobaça — Mafra em artigos específicos, os seguintes actos e actividades:

- Instalação de estabelecimentos industriais de classes A e B e de unidades agro-industriais, à excepção das localizadas em áreas industriais;
- Instalação e ampliação de estabelecimentos industriais fora das áreas urbanas, urbanizáveis e industriais, com excepção para as ampliações que resultem da necessidade de melhorar as condições ambientais e de laboração, desde que sejam inferiores a 20% da área bruta de construção existente à data de entrada em vigor do POOC;
- Instalação de depósitos de explosivos;
- Vazamento de entulho, lixo ou sucatas;
- Descarga directa de efluentes;
- Instalação de aterros sanitários ou lixeiras;
- Instalação de suiniculturas;
- Exploração de minérios e massas minerais.

A instalação de estaleiros de obras deve observar a legislação aplicável, bem como os seguintes princípios e condicionamentos previstos no anexo II do Decreto-Lei n.º 309/93, de 2 de Setembro:

- A dimensão e localização dos estaleiros de obras devem tomar em consideração a minimização do seu impacto na paisagem;
- A área de localização dos estaleiros deve ser obrigatoriamente recuperada por parte do dono da obra; c) Deve evitar-se a autorização de colocação de depósitos de materiais, permanentes ou temporários, que não sejam indispensáveis ao exercício das actividades económicas locais.

Acessibilidade

Como referido no artigo 9º da RCM n.º 11/2001, de 17 de Janeiro, O traçado dos acessos viários e pedonais deve obedecer aos seguintes princípios e regras:

- A manutenção/regularização de acessos deve garantir o livre acesso ao litoral;
- A abertura de novos acessos à costa deve ser efectuada preferencialmente em troços perpendiculares à mesma, ficando interdita a abertura e manutenção de troços paralelos sobre áreas sensíveis, nomeadamente sobre as arribas e respectiva faixa de protecção;
- Não é permitida a abertura de novos acessos nas praias marítimas, nas áreas incluídas na margem das águas do mar e respectivas envolventes à excepção dos previstos nos planos de praia;
- Admitem-se alterações às soluções propostas nos planos de praia, desde que devidamente justificadas e comprovada a inviabilidade técnica ou económica das mesmas;
- Os acessos existentes podem ser condicionados ou interditados, temporária ou definitivamente, sempre que esteja em causa a salvaguarda dos sistemas naturais e a segurança de pessoas e bens, bem como nas praias declaradas de uso suspenso;
- O licenciamento de novas edificações em áreas classificadas como espaços agro-florestais, florestais, agrícolas e naturais, não pode implicar a abertura de novos acessos, permitindo-se apenas a manutenção e regularização dos acessos existentes;
- No espaços referidos na alínea anterior é interdita a abertura de novos acessos às edificações existentes, permitindo-se apenas a manutenção e regularização dos existentes

PLANO DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA ALCobaça - MAFRA (POOC ALCobaça - MAFRA)

Classes de espaços

Como referido no artigo 12º da RCM n.º 11/200, de 17 de Janeiro, a faixa costeira correspondente à zona terrestre de protecção e margem das águas do mar divide-se nas seguintes classes de espaços, delimitadas na planta de síntese:

1. Espaços urbanos, que compreendem as seguintes categorias:
 - 1.1. Áreas urbanas;
 - 1.2. Áreas urbanas em faixa de risco;
 - 1.3. Áreas verdes;
2. Espaços urbanizáveis;
 - 2.1. Áreas urbanizáveis
3. Espaços de equipamentos, que compreendem as seguintes categorias:
 - 3.1. Áreas de equipamentos;
 - 3.2. Áreas de recreio náutico;
4. Espaços turísticos, que compreendem as seguintes categorias:
 - 4.1. Áreas de desenvolvimento turístico;
 - 4.2. Áreas de aptidão turística;
 - 4.3. Áreas de parques de campismo;
5. Espaços industriais;
6. Espaços culturais, que compreendem as seguintes categorias:
 - 6.1. Elementos do património arqueológico e construído;
 - 6.2. Áreas específicas de protecção;
7. Espaços agrícolas, que compreendem as seguintes categorias:
 - 7.1. Áreas agrícolas especiais;
 - 7.2. Áreas agro-florestais;
 - 7.3. Áreas de edificação dispersa;
8. Espaços naturais, que compreendem as seguintes categorias:
 - 8.1. Áreas de protecção integral;
 - 8.2. Áreas de protecção parcial;
 - 8.3. Áreas de praia;
9. Espaços florestais;
10. Espaços-canaís, que compreendem as seguintes categorias:
 - 10.1. Espaços-canaís rodoviários;
 - 10.2. Espaços-canaís ferroviários.
11. A zona marítima de protecção corresponde aos espaços marítimos e aos planos de água associados às praias.

PLANO DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA ALCOBAÇA – MAFRA (POOC ALCOBAÇA - MAFRA)

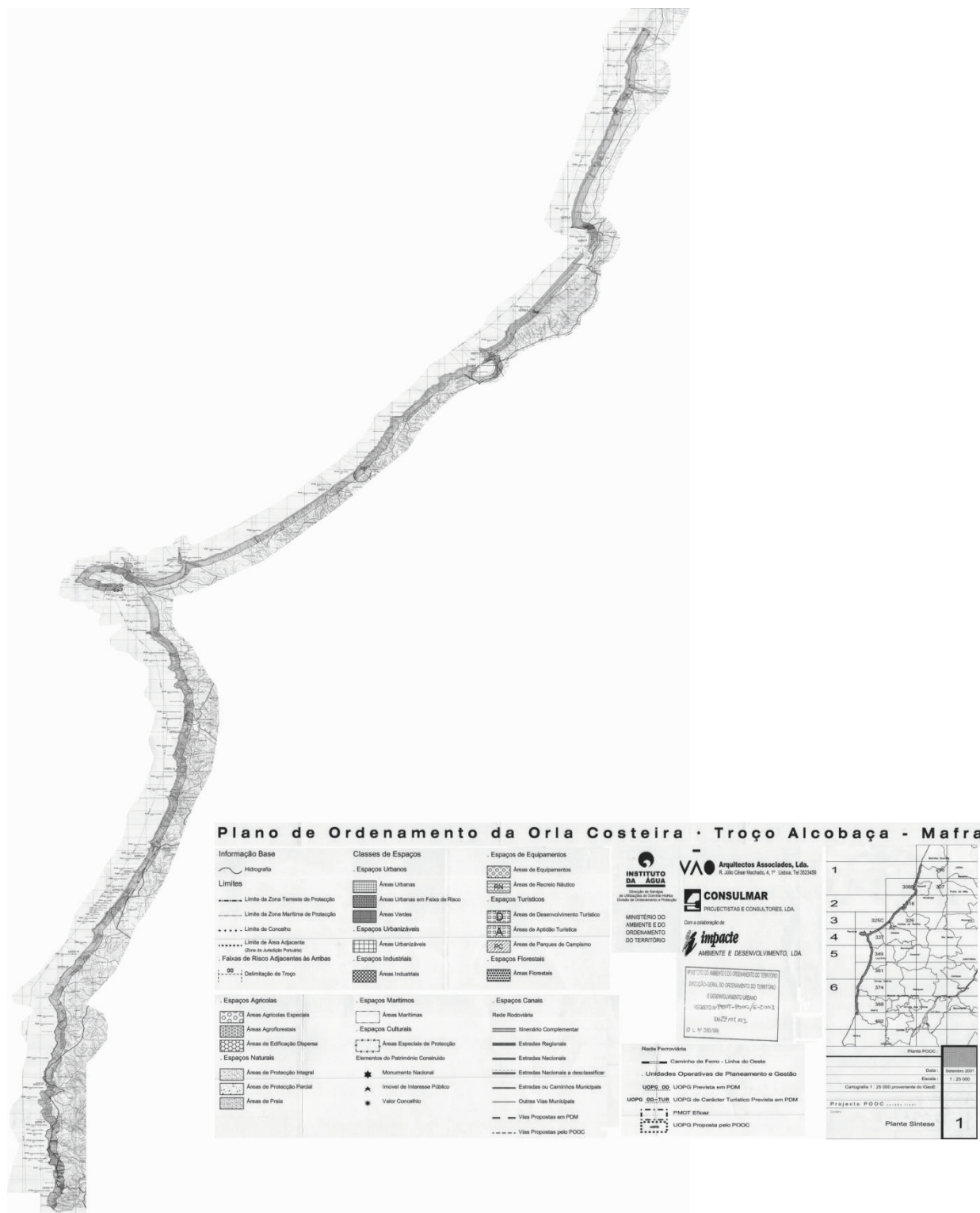


Figura 76: Planta de Síntese do POOC Alcobaça — Mafra
Avaliação dos POOC da Área de Jurisdição da ARH do Tejo, IP, e Definição de Objectivos e Conteúdos para a sua Revisão
BIODESIGN, Lda. - 090312FOT01RL2.docx

PLANO DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA ALCobaça - MAFRA (POOC ALCobaça - MAFRA)

Em seguida serão apresentadas as definições apresentadas, no regulamento do POOC Alcobaça — Mafra, para a cada uma das classes e categorias considerados neste. Caso existam, serão identificados quais os artigos em que são estabelecidas regras, condicionantes ou regimes a aplicar nas respectivas classes ou categorias

1. Espaços Urbanos

Como definido no artigo 13º da RCM n.º 11/2001, de 17 de Janeiro, os espaços urbanos são áreas caracterizadas por um elevado nível de infra-estruturação e concentração de edificações, onde o solo se destina predominantemente à construção, constituindo, no seu conjunto, núcleos urbanos consolidados.

1.1 Áreas urbanas

De acordo com o n.º 1 do artigo 14º da RCM n.º 11/2001, de 17 de Janeiro, as áreas urbanas identificadas na planta de síntese estão sujeitas ao regime previsto nos PMOT vigentes, à excepção das áreas urbanas da Foz do Arelho, cujos parâmetros são estabelecidos no n.º 2 do mesmo artigo.

1.2. Áreas urbanas em faixa de risco

Pelo disposto no artigo 15º da RCM n.º 11/2001, de 17 de Janeiro, as áreas urbanas em faixas de risco, também identificadas nas plantas dos planos de praia, são definidas pela sobreposição das faixas de risco com os espaços urbanos e correspondem a áreas sujeitas a inúmeros factores erosivos cuja evolução natural e estabilização condiciona e coloca em risco a ocupação humana. O regime a que estas áreas devem obedecer é definido no artigo 16º da mesma RCM.

1.3. Áreas verdes

Como referido no artigo 17º da RCM n.º 11/2001, de 17 de Janeiro, as áreas verdes são áreas integradas em aglomerados urbanos que se destinam ao uso colectivo com funções de lazer, estar e recreio. Estas estão sujeitas ao regime previsto nos PMOT vigentes, à excepção das áreas verdes na Foz do Arelho e na Praia da Areia Branca, cujas estão definidas nos números 3 e 4 do mesmo artigo.

2. Espaços Urbanizáveis

2.1. Áreas urbanizáveis

De acordo com o artigo 18º da RCM n.º 11/2001, de 17 de Janeiro, as áreas urbanizáveis correspondem a áreas infra-estruturadas ou susceptíveis de o ser, aptas à construção, que podem vir a ter características de espaços urbanos e a constituir e complementar os núcleos urbanos consolidados.

As áreas urbanizáveis estão sujeitas ao regime previsto nos respectivos PMOT em vigor, à excepção das áreas urbanizáveis na Foz do Arelho que estão sujeitas aos parâmetros e condições definidas no mesmo artigo.

3. Espaços para equipamentos

3.1. Áreas de equipamentos

Como definido no artigo 19º da RCM n.º 11/2001, de 17 de Janeiro, as áreas de equipamentos são áreas ocupadas ou destinadas a ser ocupadas predominantemente por equipamentos de utilização colectiva previstos através de PMOT.

3.2. Áreas de recreio náutico

Pelo disposto no artigo 20º da RCM n.º 11/2001, de 17 de Janeiro, as áreas de recreio náutico constituem áreas adjacentes às áreas portuárias com vocação para o usufruto da náutica de recreio.

A área de recreio náutico prevista no POOC localiza-se na Nazaré e destina-se à implantação de uma marina.

A ocupação desta área deve ser objecto de projecto específico no âmbito do plano de pormenor previsto pela UOPG 5, a sujeitar a estudo de impacte ambiental, nos termos da legislação em vigor.

PLANO DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA ALCOBAÇA – MAFRA (POOC ALCOBAÇA - MAFRA)

4. Espaços turísticos

Como referido no artigo 21º da RCM n.º 11/2001, de 17 de Janeiro, os espaços turísticos são áreas com vocação para o uso e desenvolvimento turístico e actividades complementares.

4.1. Áreas de desenvolvimento turístico

Como definido no artigo 22º da RCM n.º 11/2001, de 17 de Janeiro, as áreas de desenvolvimento turístico são áreas afectas ao uso turístico e estão vinculadas ao regime previsto nos respectivos PMOT.

4.2. Áreas de aptidão turística

De acordo com o artigo 23º da RCM n.º 11/2001, de 17 de Janeiro, as áreas de aptidão turística são áreas aptas ao uso turístico, com funções e actividades complementares, para as quais se prevê o crescimento e consolidação desse uso, com normas, índices e parâmetros específicos.

As áreas de aptidão turística devem respeitar o regime previsto nos respectivos PMOT. Nestas áreas a realização de obras de construção fica condicionada à existência de um plano de pormenor eficaz.

4.3. Áreas de parque de campismo

Como referido no artigo 24º da RCM n.º 11/2001, de 17 de Janeiro, as áreas afectas a parques de campismo constituem, no âmbito do ordenamento litoral, um importante recurso turístico cujo regime de utilização interessa preservar, na medida em que se inserem totalmente ou na adjacência dos aglomerados urbanos litorais, encontrando-se identificadas na planta de síntese.

A implementação dos parques de campismo fica sujeita ao disposto nos artigos 86º e 92º da RCM n.º 11/2001, de 17 de Janeiro.

5. Espaços industriais

5.1. Áreas industriais

De acordo com a definição dada no artigo 25º da RCM n.º 11/2001, de 17 de Janeiro, as áreas industriais são áreas cujo uso dominante do solo se destina a edificações de actividades transformadoras e serviços próprios, apresentando elevado nível de infra-estruturação. Estas devem observar o regime previsto nos respectivos PMOT.

6. Espaços culturais

Conforme a definição dada no artigo 26º da RCM n.º 11/2001, de 17 de Janeiro, os espaços culturais são áreas nas quais se privilegiam a protecção dos recursos naturais ou culturais e a salvaguarda dos valores paisagísticos, arqueológicos, arquitectónicos e urbanísticos.

6.1. Elementos do património arqueológico e construído

Pelo disposto no artigo 27º da RCM n.º 141/2001, de 17 de Janeiro, são elementos do património arqueológico e construído os inventariados pelos respectivos PMOT, classificados ou em vias de classificação, nomeadamente:

- a) Monumentos nacionais;
- b) Imóveis de interesse público;
- c) Imóveis de valor concelhio.

Aos elementos do património arqueológico e construído aplica-se o regime previsto nos respectivos PMOT vigentes e o decorrente da legislação aplicável.

6.2. Áreas de protecção especial

De acordo com o artigo 28º da RCM n.º 141/2001, de 17 de Janeiro, as áreas especiais de protecção correspondem aos centros históricos. Estes são conjuntos edificados de elevado valor arquitectónico e histórico que, por regra, coincidem com o aglomerado de origem e por isso têm características próprias, de onde irradiaram outras áreas sedimentadas ao longo do tempo, conferindo assim a estas zonas uma personalidade própria.

Aos centros históricos aplica-se o regime previsto nos respectivos PMOT vigentes.

PLANO DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA ALCOBAÇA - MAFRA (POOC ALCOBAÇA - MAFRA)

7. Espaços agrícolas

Como definido no artigo 29º da RCM n.º 141/2001, de 17 de Janeiro, os espaços agrícolas são os espaços com características adequadas ao desenvolvimento das actividades agrícolas, ou os que as possam vir a adquirir, compostos pelas áreas agrícolas especiais e as áreas agro-florestais.

7.1. Áreas agrícolas especiais

Pelo disposto no artigo 30º da RCM n.º 141/2001, de 17 de Janeiro, nas áreas agrícolas especiais que integrem a RAN o regime da ocupação, uso e transformação do solo é o previsto na legislação respectiva e, cumulativamente, o disposto no presente artigo.

7.2. Áreas agro-florestais

De acordo com o artigo 31º da RCM n.º 141/2001, de 17 de Janeiro, as áreas agro-florestais são áreas em que os usos agrícolas e florestais coexistem sem que qualquer deles seja dominante, constituindo, na orla costeira, áreas rurais de valor paisagístico conjuntural.

O mesmo artigo define ainda quais as condicionantes a que estas áreas estão sujeitas.

7.3. Áreas de edificação dispersa

Como referido no n.º 1 do artigo 32º da RCM n.º 141/2001, de 17 de Janeiro, as áreas de edificação dispersa caracterizam-se por serem áreas com edificações localizadas de forma dispersa no território, revelando problemas ao nível urbano e de enquadramento paisagístico.

As áreas de edificação dispersa devem observar o regime previsto nos respectivos PMOT, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do mesmo artigo.

8. Espaços naturais

De acordo com a definição dada no artigo 33º da RCM n.º 141/2001, de 17 de Janeiro, os espaços naturais são áreas em que a protecção de valores naturais únicos, nomeadamente o litoral e sua envolvente, se sobrepõe a qualquer outro uso do solo

8.1. Áreas de protecção integral

Como definido no artigo 34º da RCM n.º 141/2001, de 17 de Janeiro, as áreas de protecção integral existentes no troço do POOC são constituídas pelas arribas e faixas de protecção às arribas, lagoas costeiras, linhas de água, zonas húmidas adjacentes e faixa de protecção, áreas de infiltração máxima e zonas declivosas, sistemas dunares, tómbolos e ilhéus.

O mesmo artigo define quais as actividades interditas nestas áreas.

8.2. Áreas de protecção parcial

De acordo com o artigo 35º da RCM n.º 141/2001, de 17 de Janeiro, as áreas de protecção parcial integram unidades agrícolas potenciais ou em exploração e maciços arbóreos, sendo fundamentais para a defesa da estrutura verde dominante, devendo ser evitada a destruição do revestimento vegetal e a alteração do relevo natural.

As áreas de protecção parcial, definidas nos respectivos PMOT, estão sujeitas ao regime previsto naqueles planos e ao disposto no presente artigo.

8.3. Áreas de praia

Pelo disposto no artigo 36º, as áreas de praia são constituídas pelos areais litorais e integram as praias marítimas.

PLANO DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA ALCOBAÇA - MAFRA (POOC ALCOBAÇA - MAFRA)

9. Espaços florestais

9.1. Áreas florestais

De acordo com a definição dada no artigo 37º da RCM n.º 11/2001, de 17 de Janeiro, as áreas florestais incluem áreas com boas condições para a ocupação florestal e outras utilizações dos recursos silvestres, devendo nelas privilegiar-se o fomento, a exploração e a conservação dos povoamentos florestais.

Nas áreas florestais aplica-se o regime previsto nos PMOT, sem prejuízo do disposto nos números 3 e 4 do mesmo artigo

10. Espaços canais

Como referido no artigo 38º da RCM n.º 11/2001, de 17 de Janeiro, os espaços-canais correspondem a corredores ocupados ou destinados a infra-estruturas de interesse municipal, regional e nacional, neles se integrando as respectivas faixas de protecção e têm em geral um efeito de barreira física dos espaços que os marginam.

Os espaços-canais estão sujeitos ao regime previsto nos respectivos PMOT em vigor.

11. Espaço Marítimo

Pelo disposto no artigo 42º da RCM n.º 11/2001, de 17 de Janeiro, o espaço marítimo corresponde à zona marítima de protecção e é constituído pela faixa compreendida entre a linha que limita a margem das águas do mar e a batimétrica - 30 m.

O espaço marítimo inclui os planos de água associados às praias marítimas, regendo-se estas áreas pelo disposto nos artigos 66.º e 67.º da RCM n.º 141/2001, de 17 de Janeiro.

Faixas de risco

De acordo com o artigo 11º da RCM n.º 11/2001, de 17 de Janeiro, a identificação das faixas de risco tem por objectivo a protecção das áreas sujeitas às evoluções físicas das arribas face à ocupação humana e a prevenção dos impactes dessa artificialização nos processos erosivos das arribas.

A identificação de faixas de risco em arribas é efectuada por troço de costa, aplicando-se nos sectores de arribas com alturas superiores a 4 m.

As faixas de risco nas arribas, de acordo com as alíneas nn), oo) e pp) do artigo 4.º da mesma RCM, abrangem três tipos de faixas que definem a faixa de protecção associada à arriba nos termos da alínea qq) do mesmo artigo, que são, nomeadamente:

- a) A faixa de risco adjacente ao sopé da arriba;
- b) A faixa de risco adjacente à crista da arriba;
- c) A faixa de protecção adicional.

As dimensões das faixas de risco são definidas de acordo com as regras constantes no anexo I do presente Regulamento, variando de acordo com as características do troço e a altura da arriba, que poderá ser calculada pela média das alturas máxima e mínima num dado sector quando estas não variem mais de 10%.

Nas faixas de protecção associadas à arriba é interdito qualquer tipo de obra, incluindo a localização de instalações fixas e indismontáveis, exceptuando-se as descritas no n.º 5 do mesmo artigo.

PLANO DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA ALCOBAÇA – MAFRA (POOC ALCOBAÇA - MAFRA)

Domínio hídrico

Regime dos usos privados

Pelo disposto no artigo 44º da RCM n.º 11/2001, de 17 de Janeiro:

1. Os usos privativos do domínio hídrico são os decorrentes das utilizações permitidas por lei de acordo com o Decreto-Lei n.º 46/94, de 22 de Abril.
2. O uso privativo do domínio hídrico inclui as actividades de exploração da praia sob a forma de apoios de praia e equipamentos, definindo encargos decorrentes dessa utilização como serviços de utilidade pública, que, de uma forma geral e em conjunto com as entidades responsáveis, asseguram o uso balnear das praias marítimas.
3. O uso privativo através de apoios de praia e equipamentos é autorizado através da atribuição de licenças ou da outorga de concessão de acordo com o tipo da utilização, conforme o estipulado pelo Decreto-Lei n.º 46/94, de 22 de Abril, ficando a sua manutenção sujeita aos termos definidos no Decreto-Lei n.º 309/93, de 2 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 218/94, de 20 de Agosto, e ao estipulado no presente capítulo, complementado pelos planos de praia.

Actividades interditas

De acordo com o artigo 45º da RCM n.º 11/2001, de 17 de Janeiro, nas áreas incluídas no domínio hídrico, são interditas as seguintes actividades:

- Circulação de veículos motorizados fora das vias de acesso estabelecidas e além dos limites definidos dos parques e zonas de estacionamento, com excepção dos veículos ligados à prevenção, socorro e manutenção, de acordo com o Decreto-Lei n.º 218/95, de 26 de Agosto;
- Estacionamento de veículos fora dos limites dos parques de estacionamento e das zonas expressamente demarcados para estacionamento ao longo das vias de acesso;
- Utilização dos parques e zonas de estacionamento para outras actividades, designadamente a instalação de tendas ou o exercício da actividade sem licenciamento prévio;
- Acampar fora dos parques de campismo;
- Destruição ou alteração do coberto vegetal ou natural;
- Depósitos de entulhos, de lixos e sucatas;
- Descarga de efluentes no areal e margens;
- Actividades que impliquem o recurso a regas intensivas;
- Usos que impliquem obras de construção ou ampliação, à excepção de instalações de usos privativos nas praias marítimas, de acordo com o artigo 44.º

PLANO DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA ALCOBAÇA - MAFRA (POOC ALCOBAÇA - MAFRA)

Praias marítimas

Âmbito e objectivos

De acordo com o artigo 46º da RCM n.º 11/2001, de 17 de Janeiro, as praias marítimas são constituídas pelas zonas de leito e margens das águas do mar, integrando areais de utilização e vocação balnear, a antepraia e o plano de água adjacente.

O regime de utilização e ocupação destas áreas tem por objectivos:

- A protecção dos sistemas naturais;
- A fruição do uso balnear;
- O zonamento e condicionamento das utilizações e ocupações das áreas balneares;
- A segurança e qualificação dos serviços prestados nas praias;
- A eficaz gestão da relação entre a exploração do espaço de praia e os serviços comuns de utilidade pública.

As praias marítimas incluem, para efeitos de gestão e zonamento do areal:

- As unidades balneares, compostas pelos usos e instalações relacionados com as actividades balneares, definidas de acordo com o artigo 61.º;
- Os núcleos de pesca, compostos pelas infra-estruturas de apoio às actividades de pesca, definidos de acordo com a subsecção VII da presente secção.

Classificação

Pelo disposto no artigo 47º da RCM n.º 11/2001, de 17 de Janeiro, as praias marítimas são classificadas de acordo com as tipologias de classificação do Decreto-Lei n.º 309/93, de 2 de Setembro, e de acordo com as especificidades do troço do POOC em:

- Tipo I - praia urbana de uso intensivo;
- Tipo II - praia não urbana de uso intensivo;
- Tipo III - praia equipada com uso condicionado;
- Tipo IV - praia não equipada com uso condicionado;
- Tipo V - praia com uso restrito;
- Praia de uso suspenso
- Praia com uso interdito

Acessos e estacionamento

Os acessos viários e os estacionamento nas praias, identificados nos planos de praia, dependem do tipo de praia, das condições de acesso à praia e das áreas disponíveis para tal, devem obedecer às condições definidas no artigo 50º da RCM n.º 11/2001, de 17 de Janeiro.

Zonamento das unidades balneares

De acordo com o artigo 63º da RCM n.º 11/2001, de 17 de Janeiro, o zonamento das unidades balneares é definido tendo em conta o tipo de praia, as instalações propostas e a capacidade de utilização do areal.

A área concessionada afecta a toldos e ou barracas deve obedecer aos seguintes condicionamentos:

- a) Não exceder em mais de 30% a área útil de areal, nem ocupar mais de 70% da frente de praia correspondente à unidade balnear;
- b) Obedecer à relação de 10 barracas/100 m² ou 20 toldos/ 100 m² de área destinada ao apoio balnear, conforme identificada nas plantas dos planos de praia, aplicando-se esta relação parcelarmente, nos casos em que a área concessionada se destina a toldos e barracas.

PLANO DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA ALCobaça – MAFRA (POOC ALCobaça - MAFRA)

Os corredores de acesso ao plano de água, destinados a modos náuticos, devem ser assinalados no areal.

As áreas afectas a apoios de recreio náutico e desportivos devem ser assinalados no areal, de acordo com as seguintes especificações:

a) As áreas reservadas a apoios de praia desportivos que se destinem a práticas desportivas específicas deverão ter uma faixa de protecção envolvente com cerca de 6 m, no mínimo;

b) Os apoios recreativos náuticos devem obedecer ao estipulado no artigo 66.º

Identificação das praias

As praias são classificadas, em função do uso balnear, nas seguintes categorias:

- | | | |
|----------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|
| ▪ Água de Medeiros — tipo III; | ▪ Gamboa — tipo III; | ▪ Pisão — tipo III; |
| ▪ Pedra do Ouro — tipo III; | ▪ Areia Norte — tipo IV; | ▪ Física — tipo II; |
| ▪ Polveira — tipo 3; | ▪ Abalo — tipo IV; | ▪ Centro — tipo I; |
| ▪ Paredes da Vitória — tipo II | ▪ Porto da Areia Sul — tipo III; | ▪ Sta. Helena — tipo I; |
| ▪ Mina — tipo IV; | ▪ Molhe Leste — tipo III; | ▪ Guincho — tipo III; |
| ▪ Vale Furado — tipo IV; | ▪ Medão / Supertubos — tipo II; | ▪ Sul — tipo IV; |
| ▪ Légua — tipo III; | ▪ Consolação Norte — tipo III; | ▪ Formosa — tipo III; |
| ▪ Falca — tipo V; | ▪ Consolação — tipo II; | ▪ Amoreiras — tipo IV; |
| ▪ Norte — tipo III; | ▪ São Bernardino — tipo III; | ▪ Varandinha — tipo III; |
| ▪ Nazaré — tipo I; | ▪ Flores / Pedrogão — tipo IV; | ▪ Azul — tipo II; |
| ▪ Sul — tipo IV; | ▪ Paimôgo — tipo IV; | ▪ Foz do Sizandro — tipo III; |
| ▪ Salgado — tipo III; | ▪ Areia Branca Norte — tipo V; | ▪ Assenta — tipo III; |
| ▪ Gralha — tipo V; | ▪ Areia Branca — tipo I; | ▪ Assenta Sul — tipo IV; |
| ▪ S. Martinho do Porto — tipo I; | ▪ Peralta — tipo III; | ▪ Porto Calada — tipo III; |
| ▪ Salir do Porto — tipo III; | ▪ Porto dos Barcos — tipo IV; | ▪ S. Lourenço — tipo III; |
| ▪ Mar — tipo I; | ▪ Porto Dinheiro — tipo II; | ▪ Coxo — tipo IV; |
| ▪ Lagoa — tipo I; | ▪ Valmitão — tipo III; | ▪ Ribeira de Ilhas — tipo II; |
| ▪ Bom Sucesso — tipo III; | ▪ Porto Novo — tipo II; | ▪ Orelheira — tipo V; |
| ▪ Rei do Cortiço — tipo III; | ▪ Sta. Rita Norte — tipo II; | ▪ Empa — tipo V; |
| ▪ D'el Rei — tipo III; | ▪ Sta. Rita Sul — tipo III; | ▪ Matadouro — tipo II; |
| ▪ Almagreira — tipo III; | ▪ Camarinhas — tipo V; | ▪ S. Sebastião — tipo I; |
| ▪ Baleal Norte — tipo II; | ▪ Seixo — tipo V; | ▪ Algaído / Norte — tipo I; |
| ▪ Baleal Sul — tipo II; | ▪ Mexeloeira — tipo V; | ▪ Ribeira / Pescadores — tipo I; |
| ▪ Baleal Campismo — tipo II; | ▪ Amanha — tipo IV; | ▪ Baleia / Sul — tipo I; |
| ▪ Cova da Alfarroba — tipo III; | ▪ Navio — tipo III; | ▪ Foz do Lizandro — tipo II. |
| ▪ Peniche de Cima — tipo II; | ▪ Mirante — tipo III | |

PLANO DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA ALCobaça – MAFRA (POOC ALCobaça - MAFRA)

Infra-estruturas

Como referido no artigo 51º da RCM n.º 11/2001, de 17 de Janeiro, as infra-estruturas nas praias são definidas de acordo com a classificação e ocupação da praia em função das soluções possíveis, de acordo com as distâncias às redes públicas e a manutenção dos padrões de qualidade ambiental e paisagístico.

Fazem parte das infra-estruturas básicas nas praias marítimas o abastecimento de água, a drenagem de esgotos, o abastecimento de energia eléctrica e o serviço de recolha de resíduos sólidos.

As infra-estruturas que servem as instalações nas praias marítimas devem ser preferencialmente ligadas à rede pública, pelo que as soluções autónomas devem obedecer a critérios preestabelecidos pelas autoridades licenciadoras.

As autoridades licenciadoras, em articulação com os titulares de utilização da praia, podem autorizar soluções alternativas à hipótese de ligação à rede pública, mediante o estabelecimento de condicionamentos técnicos e ambientais, fundamentados na capacidade de utilização da praia e no número de instalações existentes por praia.

As entidades licenciadoras podem excepcionalmente permitir a manutenção de sistemas de infra-estruturas em praias de tipo IV, desde que se declare como necessária a sua utilização para as actividades compatíveis com o uso previsto no presente Plano.

Abastecimento de água

De acordo com o artigo 52º da RCM n.º 11/2001, de 17 de Janeiro, as redes de infra-estruturas de abastecimento de água são definidas de acordo com a classificação da praia e da sua proximidade à rede pública de abastecimento e devem obedecer às condições estabelecidas no mesmo artigo.

Drenagem de esgotos

Conforme o disposto no artigo 53º da RCM n.º 11/2001, de 17 de Janeiro, os sistemas de drenagem de esgotos são definidos de acordo com a classificação da praia, da sua proximidade à rede pública e das características físicas da praia, devendo obedecer às condições estabelecidas no mesmo artigo.

Rede de abastecimento de energia eléctrica

Como referido no artigo 54º da RCM n.º 11/2001, de 17 de Janeiro, o abastecimento de energia eléctrica é definido de acordo com a classificação da praia, da sua proximidade à rede pública e das características físicas da praia e deve obedecer às condições referidas no mesmo artigo.

Recolha de resíduos sólidos

Pelo disposto no artigo 55º da RCM n.º 11/2001, de 17 de Janeiro, a recolha de resíduos sólidos é definida de acordo com a classificação da praia, da sua proximidade aos pontos do circuito existente e das características físicas da praia devendo obedecer às condições estabelecidas no mesmo artigo.

Tipos de instalações nas praias marítimas

Conforme o disposto no artigo 56º da RCM n.º 11/2001, de 17 de Janeiro, as unidades balneares podem integrar os seguintes tipos de instalações, nos termos das classificações definidas pelo Decreto-Lei n.º 46/94, de 22 de Fevereiro:

- Apoios de praia, constituídos por:
 - Apoios de praia completo (Ac);
 - Apoios de praia simples (As);
 - Apoios de praia mínimo (Am);
 - Apoios balneares (Ab);

PLANO DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA ALCobaça – MAFRA (POOC ALCobaça - MAFRA)

▪ Equipamentos, constituídos por:

- Equipamentos com funções de apoio de praia (Ea);
- Equipamentos (E).

Complementarmente podem ainda integrar as unidades balneares as seguintes instalações:

- Apoios de praia desportivos (Ad);
- Apoios recreio náutico (An);
- Equipamentos complementares (Ec).

Na adjacência das unidades balneares podem existir núcleos de pesca local onde se integram as instalações piscatórias, constituídas de acordo com a alínea tt) do artigo 4º da RCM n.º 11/2001, de 17 de Janeiro.

Os apoios de praia e os equipamentos integram funções comerciais e de utilidade pública dimensionadas de acordo com o anexo II da RCM n.º 11/2001, de 17 de Janeiro.

- Não exceder em mais de 30% a área útil de areal, nem ocupar mais de 70% da frente de praia correspondente à unidade balnear;
- Obedecer à relação de 10 barracas/100 m² ou 20 toldos/ 100 m² de área destinada ao apoio balnear, conforme identificada nas plantas dos planos de praia, aplicando-se esta relação parcelarmente, nos casos em que a área concessionada se destina a toldos e barracas.

Localização

No âmbito dos objectivos do POOC, nomeadamente em termos da salvaguarda dos sistemas biofísicos, da segurança de pessoas e bens e dos níveis de infra-estruturação nas praias, as instalações nas praias devem obedecer aos critérios de localização referidos no artigo 58º da RCM n.º 11/2001, de 17 de Janeiro.

Características Construtivas

Como acordo com o artigo 59º da RCM n.º 11/2001, de 17 de Janeiro, as instalações nas praias marítimas, em função do estipulado na presente secção, enquadram-se de acordo com quatro tipos de construção:

- Construções pesadas;
- Construções mistas;
- Construções ligeiras sobrelevadas;
- Construções ligeiras.

As instalações devem respeitar o disposto no artigo 58º da RCM n.º 11/2001, de 17 de Janeiro, em relação ao tipo de construção em função da sua localização na praia.

No que diz respeito ao tipo de construção, as instalações devem respeitar o disposto no anexo III, estando os critérios volumétricos definidos no número 4 do artigo 58º da mesma RCM.

Unidades Operativas de Planeamento e Gestão

Como referido no artigo 70º da RCM n.º 11/2001, de 17 de Janeiro, as UOPG regem-se em termos de uso e ocupação pela classificação de espaços proposta pelo POOC, e, cumulativamente, pelas disposições do presente capítulo.

Os planos e acções a realizar no âmbito destas unidades devem obedecer, para além do estipulado nos respectivos PDM, às disposições do POOC Alcobaça — Mafra.

De acordo com o artigo 71º da RCM n.º 11/2001, de 17 de Janeiro, são objectivos gerais das UOPG:

- A reabilitação e requalificação de áreas degradadas, que abrangem áreas da paisagem litoral e núcleos urbanos;
- A realização de projectos com vista à reestruturação de áreas críticas nas arribas costeiras;
- A recuperação de sistemas dunares e arribas costeiras;

PLANO DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA ALCOBAÇA - MAFRA (POOC ALCOBAÇA - MAFRA)

- A reestruturação das zonas urbanas existentes em faixas de risco;
- A requalificação das praias de grande potencial paisagístico e ambiental;
- A resolução de problemas de ocupações clandestinas e de usos inadequados.

Como referido no artigo 72º da RCM n.º 11/2001, de 17 de Janeiro, as UOPG propostas no âmbito do POOC Alcobaça — Mafra são:

- UOPG 1 - Água de Madeiros, abrangendo toda a área urbana do aglomerado urbano;
- UOPG 2 - Mina, abrangendo a área urbana e urbanizável do aglomerado urbano e zona de praia;
- UOPG 3 - Vale Furado, abrangendo a área urbana e urbanizável do núcleo urbano e envolvente litoral e interior;
- UOPG 4 - praia do Norte-Sítio, abrangendo a área envolvente da Pedra do Guilhim e áreas previstas para equipamentos;
- UOPG 5 - Caxins-Nazaré, abrangendo a UOPG 7 do PDM da Nazaré, a norte da área portuária;
- UOPG 6 - Casal do Salgado, abrangendo a área urbana do Salgado, a zona de praia e a envolvente próxima;
- UOPG 7 - São Martinho do Porto;
- UOPG 8 - Bom Sucesso, localizada junto à margem sul da lagoa de Óbidos;
- UOPG 9 - Baleal-Ferrel, abrangendo a área urbana do Baleal, a frente urbana de Ferrel e as praias adjacentes;
- UOPG 10 - Peniche de Cima-Gamboa, localizada à entrada das muralhas de Peniche, abrangendo a faixa compreendida entre a EN e a frente balnear;
- UOPG 11 - Papoa, localizada na península da Papoa;
- UOPG 12 - Portinho da Areia Sul, abrangendo a praia do Porto da Areia Sul e as áreas urbanas envolventes;
- UOPG 13 - Parque de Campismo da Praia da Areia Sul, junto às colónias balneares;
- UOPG 14 - Porto das Barcas-Atalaia, abrangendo a ponta da Corva e as áreas envolventes;
- UOPG 15 - Santa Rita-Porto Novo, abrangendo a área de Porto Novo, Santa Rita Norte e Sul;
- UOPG 16 - conjunto turístico a sul de Casal do Seixo, praia do Seixo;
- UOPG 17 - praia do Amanhã-Penafirme, localizada entre a Póvoa de Penafirme e a área urbana junto à praia do Amanhã;
- UOPG 18 - foz do Sizandro, abrangendo núcleo urbano da foz do Sizandro e respectiva envolvente;
- UOPG 19 - Parque de Campismo da Foz do Sizandro;
- UOPG 20 - São Lourenço, abrangendo a praia de São Lourenço, núcleo de edificações existente a norte da praia e envolvente local;
- UOPG 21 - Ribeira de Ilhas, abrangendo a envolvente à praia da Ribeira de Ilhas e arribas costeiras;
- UOPG 22 - foz do Lizandro, abrangendo a praia da foz do Lizandro até à EN 247 e o conjunto de edificações a poente.

Os regimes e objectivos das UOPG referidas anteriormente encontram-se dispostos entre os artigos 74º a 95º da RCM n.º 11/2001, de 17 de Janeiro.

PLANO DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA ALCobaça - MAFRA (POOC ALCobaça - MAFRA)

Planos de Praia

De acordo com o artigo 96º da RCM 11/2001, de 17 de Janeiro, os planos de praia são compostos pelas fichas dos programas de intervenções por praia, fichas de caracterização das unidades balneares e pelas respectivas plantas dos planos de praia representando o conjunto de medidas e acções a realizar nas praias de tipos I, II e III, de acordo com os objectivos do POOC.

As fichas de caracterização das unidades balneares por praia incluem os principais factores de classificação da praia, nomeadamente a capacidade de utilização estimada e a capacidade de estacionamento necessária ou possível, cuja avaliação em conjunto com as características físicas da praia define as disposições relativas à caracterização da situação de referência e à constituição das unidades balneares, incluindo a situação, actual e proposta, dos usos e instalações da praia.

Os planos de praia têm por objectivos:

- A definição de regras comuns de utilização do domínio hídrico nas praias;
- A programação da transição das actividades existentes em relação ao zonamento proposto;
- A identificação das áreas aptas ao uso balnear em condições de segurança;
- A salvaguarda dos valores ambientais e a delimitação das áreas de utilização pública;
- A articulação e complementaridade com iniciativas públicas e planos de ordenamento na orla costeira.

São alvos de plano de praia, as seguintes praias:

- | | | |
|-------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| ▪ Água de Madeiros; | ▪ Cova da Alfarroba; | ▪ Mexeloeira; |
| ▪ Pedra do Ouro; | ▪ Peniche de Cima; | ▪ Praia do Navio; |
| ▪ Polveira; | ▪ Gâmbua; | ▪ Mirante — Pisão — Física; |
| ▪ Paredes da Vitória; | ▪ Porto da Areia Sul; | ▪ Varandinha; |
| ▪ Léguas; | ▪ Medão — Supertubos; | ▪ Azul; |
| ▪ Norte; | ▪ Consolação Norte; | ▪ Foz do Sizandro; |
| ▪ Nazaré; | ▪ Consolação; | ▪ Assenta Norte; |
| ▪ Salgado; | ▪ São Bernardino; | ▪ Porto da Calada; |
| ▪ S. Martinho do Porto; | ▪ Paimogo; | ▪ S. Lourenço; |
| ▪ Mar; | ▪ Areia Branca | ▪ Ribeira de Ilhas; |
| ▪ Bom Sucesso; | ▪ Areia Sul; | ▪ Matadouro; |
| ▪ Rei do Cortiço; | ▪ Peralta; | ▪ São Sebastião; |
| ▪ Rei do Cortiço; | ▪ Porto Dinheiro; | ▪ Baleia (ou do Sul); |
| ▪ D'el Rei; | ▪ Valmitão; | ▪ Foz do Lisandro |
| ▪ Almagreira; | ▪ Porto Novo; | |
| ▪ Baleal Norte — | ▪ Santa | |
| Baleal Sul — Baleal; | Rita Norte — Santa Rita Sul | |